

AÇÃO COLETIVA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO SUDOESTE GOIANO

LEAL, Cátia Regina Assis Almeida – UFG – cleal@jatainet.com.br¹

GT: Educação Popular / n.06

Agência Financiadora: Sem Financiamento

A presente pesquisa, intitulada Arapuca Armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do Sudoeste goiano, é resultado de uma investigação das práticas educativas presentes na ação de vários grupos organizados, no processo de modernização agrícola do Sudoeste goiano.

A modernização agrícola alterou a lógica de vida na região e mudou toda a sua história. Além disso, alterou a cultura, a paisagem, o meio ambiente, a produção, a comercialização, a agroindustrialização entre outros fatores. Isso me motivou a fazer uma leitura de conjunto desse fenômeno social. Tomei como mote o processo de modernização agrícola do Sudoeste goiano analisando sua relação com a ação de vários grupos, ou do que estou chamando aqui de **agentes coletivos** – grupos de pessoas que praticam ações coletivas. A ação coletiva é vista aqui como própria de um grupo, em contraposição à ação individual.

Interessou-me compreender quais foram as reações dos diferentes agentes coletivos em relação ao processo de modernização da agricultura no Sudoeste goiano, ou seja, quem aderiu, quem tirou proveito, quem se rebelou contra ele, quem protestou, quem não se posicionou, enfim, pensar o Sudoeste goiano como diversas possibilidades de reação em relação a esse processo social, econômico, político, ambiental e cultural.

Para o desenvolvimento da pesquisa analisei como o processo de modernização da agricultura se deu no Sudoeste goiano; como os agentes coletivos que compõem essa região perceberam esse processo acontecer; como eles viram e como reagiram ou relacionaram-se com ele; quais as estratégias que cada agente coletivo organizado utilizou para assegurar a sua reprodução nesse contexto; e finalmente, se essas estratégias de ação dos agentes coletivos podem ser lidas como práticas educativas.

Parto do pressuposto de que é nessas estratégias de ação dos diferentes agentes coletivos organizados que está presente a prática educativa. Por exemplo, por meio de um boletim informativo, um jornal, um programa de rádio, uma página na

¹ Esse trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás na linha de pesquisa Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Jadir de Moraes Pessoa.

Internet ou a organização de um evento, tentam fazer valer sua representação, seu pensamento, sua idéia sobre o processo. Chamo de educação as estratégias de ação que reproduzem ou contestam a modernização agrícola da região. É por meio delas que é desvelada a docência dos agentes coletivos organizados. No momento em que se elabora uma estratégia de ação está formando-se uma idéia, uma cultura, uma consciência, uma mentalidade das pessoas em relação a algo.

O recorte de tempo da pesquisa reporta-se ao momento do surgimento e consolidação da modernização agrícola na região, que é da década de 1970 em diante. Busquei elementos do passado para compreender o desenvolvimento posterior desse fenômeno.

A região pesquisada foi parte significativa do Sudoeste goiano: municípios de Jataí, Rio Verde e Santa Helena de Goiás. O município de Montividiu apareceu na pesquisa quando foram apresentados alguns dados estatísticos porque seu território esteve vinculado ao do município de Rio Verde até o ano de 1987, ano da sua emancipação. A pesquisa mostrou que, mesmo depois do desmembramento da área do município de Montividiu, os índices de desenvolvimento do município de Rio Verde não diminuíram como esperado; pelo contrário, continuaram sempre crescentes.

A escolha desses municípios está ligada ao fato de eles serem os mais “modernos” do ponto de vista da tecnificação da agricultura – conforme dados do IBGE –, ou seja, os que mais sofreram a influência das modernas técnicas de cultivo agrícola e, portanto, tiveram sua historicidade mudada em função desse fenômeno. Os critérios observados para a escolha dos municípios foram: elevação do preço da terra; alteração nas relações de trabalho; elevação na taxa de urbanização e diminuição da população rural; mudança na pauta de produção e aumento expressivo da infra-estrutura básica; ampliação de uma rede de serviços que funciona como centro dinâmico regional.

Após a delimitação dos municípios passou-se à etapa da delimitação dos sujeitos da pesquisa. Segundo Bourdieu, para se obter uma amostra num *campo*, é preciso olhar os personagens marcantes de cada *campo*. No entanto, ele destaca que “[...] é preciso muitas vezes, para se fazer ciência, evitar as aparências da cientificidade, contradizer as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico [...] as aparências são sempre pela aparência” (BOURDIEU, 1998, p. 42). Para ele, enquanto se tomar o dado tal como ele se dá, dar-se-á sem problemas. Tudo anda por si, naturalmente. Ao permanecer na ordem da aparência socialmente construída, todas as aparências estarão a favor, até mesmo as aparências da cientificidade, por isso há que se

tomar cuidado nessa busca para não se correr o risco de ficar na superficialidade dos fatos.

Tendo em conta esses cuidados, fiz a escolha dos sujeitos da pesquisa – agentes coletivos organizados. Assim, cheguei a dois grupos: no primeiro estão agentes comuns aos três municípios: Diocese de Jataí, Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), Sindicato Rural Patronal (SR) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). No segundo grupo não foi possível a opção por agentes comuns, por isso optei por trabalhar com agentes diferentes, mas que participam igualmente de maneira importante do processo: em Rio Verde, Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV); e em Jataí, Conselho Comunitário de Jataí (CCJ) e Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA).

Compreendendo, como afirma Bourdieu (1998), que a importância do objeto não garante a importância do estudo e o que conta, na realidade, é a construção do objeto, utilizei nessa construção a formação de um quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições. Esse recurso obrigou-me a pensar relacionalmente, pensar em termos de realidades que podem ser vistas claramente em termos de relações e possibilitou-me compreender que, se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que nada se saiba de uma instituição acerca da qual se julga saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo, portanto vale mais estudar extensivamente um conjunto dos elementos pertinentes do objeto construído.

Isso foi possível, reportando-me a Bourdieu, porque defendo a idéia de que é preciso mobilizar todas as técnicas para a definição do objeto, para que pudessem parecer pertinentes, e dadas as condições práticas de recolha dos dados, fossem praticamente utilizáveis. A liberdade externa que Bourdieu defende tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego.

Pensando nisso, no trabalho em questão utilizo diferentes formas de captar o real. Utilizo como fonte bibliográfica diversos autores, sendo os mais significativos: Octavio Ianni, Francisco Graziano Neto, Ângela Kageyama, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira, José Graziano da Silva, Antônio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria da Glória Gohn, Pierre Bourdieu, Carlos Rodrigues Brandão, Jadir de Moraes Pessoa, Cândido Grzybowski, Jacques Therrien, Maria Nobre Damasceno e, da literatura, John Steinbeck, Carmo Bernardes, Sebastião Arantes, entre outros.

A possibilidade de diálogo entre literatura e outras áreas do conhecimento permitiu a compreensão de vários elementos que estão ocultados nas obras acadêmicas. Esse diálogo pode ser rico porque a literatura, como fonte, permite uma reflexão de como as pessoas experienciam o mundo, ensinando a olhar o espaço social como artifício revelador da cultura.

Barthes (1978) diz que “[...] a literatura faz girar os saberes, não fixa, nem fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso [...] ela trabalha nos interstícios da ciência” (p. 18). Segundo o autor, “[...] a literatura assume vários saberes [...] todas as ciências estão presentes no monumento literário”. É nesse sentido que se pode dizer que a literatura, quaisquer que sejam as escolas em nome das quais ela se declara, é absolutamente, categoricamente realista”. (p. 18)

A literatura pode ser reveladora na medida em que ela “[...] não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens” (p. 19). Ela não é criação casual, mas produção cultural que manifesta a realidade na qual o autor se insere.

Segundo Cândido (1967), a criação literária corresponde a necessidades humanas de representação do mundo e por isso ela pode ser considerada um elemento de civilização na medida em que pode ser constituída a partir do entrelaçamento de diversos fatores sociais. Ela é então um sistema simbólico que assume uma função importante na apreensão da realidade pela sociedade.

Araújo (2005) enfatiza que a adoção da literatura como fonte de pesquisa pressupõe que as obras literárias realizem uma interlocução com o contexto social que emerge de significações sociais apreendidas pelo autor em suas relações com a sociedade.

As produções literárias são expressão histórica da realidade social da qual são originárias, e, portanto, podem fornecer elementos que subsidiem estudos acerca da realidade à qual estão relacionadas. A literatura contribui dessa forma para recriação e para o entendimento de diversos aspectos da realidade social. (ARAÚJO, 2005, p. 18)

As obras literárias foram tomadas aqui como fontes de pesquisa já que elas expressam vida cotidiana e possuem vínculo com a realidade concreta que permite caracterizar diversos aspectos de determinados agrupamentos sociais. As obras mais utilizadas são as regionalistas, especialmente uma, *O pranto dos Inhambus*, do escritor rioverdense Sebastião Arantes, pela riqueza de detalhes que me permitiu caracterizar os

tipos humanos, as paisagens, os valores e o modo de vida do *caipira* tradicional do Sudoeste goiano. A literatura regional permite compreender aspectos peculiares da realidade local de um povo. Nela é possível captar elementos constitutivos da cultura, da identidade, dos tipos sociais característicos do lugar.

Além dessas fontes utilizei a pesquisa documental. Essa pesquisa se constitui numa valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos desvelando aspectos do problema. Os documentos foram classificados de duas formas: fontes primárias – leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, manuais, relatórios, ofícios, atas, estatutos, boletins, folhetos, gibis e materiais didáticos – e fontes secundárias – revistas, jornais, rádio, televisão, entre outros.

A pesquisa documental buscou identificar informações que se baseiam em fatos, a partir de questões ou hipóteses de interesse. É possível apresentar uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa. A primeira delas se refere ao fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica persistindo ao longo do tempo, podendo ser consultados várias vezes e servir de base para diferentes estudos. Eles se constituem também em uma fonte poderosa da qual podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas fontes de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. Outra vantagem da utilização dos documentos é que eles são fontes que permitem a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável ou quando a interação com os sujeitos pode alterar seu comportamento ou seus pontos de vista.

A pesquisa documental é “[...] uma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto que nunca deve ser ignorada” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 39). O uso da pesquisa documental é apropriado em algumas situações básicas: quando o acesso aos dados é problemático; quando se pretende ratificar ou validar informações obtidas por outras técnicas de coleta; quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, nesta situação incluem-se todas as formas de produção do sujeito de pesquisa.

O modo de utilização da pesquisa documental também é uma questão a ser observada. A primeira observação refere-se à caracterização do tipo de documentos que será usado ou selecionado. Eles podem ser do tipo oficial (decretos, pareceres), do tipo técnico (relatórios, estatutos), ou do tipo pessoal (uma carta, um diário). Pode-se utilizar um tipo único desses materiais ou uma combinação deles, como foi feito na pesquisa

que serviu de base para o presente texto. A escolha não foi aleatória. Houve propósitos, idéias e hipóteses guiando essa seleção.

Selecionados os documentos, fiz a análise propriamente dita dos dados a qual se deu de diferentes formas. Segundo Lüdke e André (1986), a diversidade de pontos de vista contribui para aumentar o conhecimento sobre o objeto em questão. Nesse processo é recomendável utilizar não só o conhecimento formal e lógico do pesquisador, mas também um conhecimento experiencial em que são envolvidas sensações, percepções, impressões e intuições. Nesse sentido, o que procurei analisar nos documentos consultados esteve o tempo todo articulado ao objeto de estudo, ou seja, ao processo de modernização agrícola do Sudoeste goiano.

O referencial de análise adotado no trabalho é o da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu. Esse referencial teórico-metodológico remete a pensar nas relações que se processam entre a sociedade e os atores sociais, na mediação entre o *campo* e o *habitus*, ou entre a estrutura e o ator.

A pesquisa revelou que, no Sudoeste goiano, houve, na década de 1970, a passagem de uma economia auto-suficiente para uma economia de mercado, a chamada modernização agrícola. Quando se fala em modernização da agricultura, pensa-se apenas nas modificações ocorridas nas técnicas de produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas modernas. Modernização significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais de produção. Com esse processo de transformação da agricultura, os agricultores de subsistência vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais capitalistas, por meio das quais as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionantes fundamentais do processo de produção. A lógica da reprodução do capital vai-se impondo na agricultura, subordinando as demais relações de produção. “A chamada modernização da agricultura não é outra coisa que o processo de transformação capitalista da agricultura que corre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 27).

No caso brasileiro, a expansão do capitalismo na agricultura tem-se dado pela transformação dos proprietários em proprietários capitalistas por meio de uma política que tem sido chamada de modernização do latifúndio. Percebe-se que a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura é bastante complexo e abrange vários aspectos. Por isso, a modernização agrícola assume

características diferentes, assim como, no geral, o capitalismo toma feições diferenciadas em sua expansão na agricultura.

Para discutir a modernização agrícola na região do Sudoeste goiano, optei por caracterizá-la nos estudos dos problemas regionais sobre a ótica de Bourdieu. Para ele, uma primeira observação a ser feita é que a região é o que está em jogo como objeto de lutas, sobretudo quando existem políticas e movimentos de regionalização entre os representantes de diferentes ciências. Uma segunda observação é que essa luta pela autoridade científica goza de menos autonomia do que querem crer os que nela se acham envolvidos. Para o autor, a confusão dos debates em torno da noção de região faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais.

Na compreensão do autor, ninguém poderia sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações naturais em regiões naturais, separadas por fronteiras naturais. “[...] as ‘regiões’ delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis [...] nunca coincidem perfeitamente”. (1998, p. 115) A realidade é social, e as classificações mais naturais apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto da imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de força no *campo* das lutas pela dominação legítima.

A utilização do conceito de região por Bourdieu serve como instrumento para compreender a modernização agrícola na região do Sudoeste goiano, mas o que ocorre nessa região não é uma especificidade só dela; é emblemático de várias regiões do país. O Brasil como um todo passou por esse processo de transformação na agricultura desencadeado por ações e políticas governamentais.

Essa dinâmica que levou ao desenvolvimento econômico brasileiro compõe, nos termos de Bourdieu, o chamado *campo* econômico. A história se resume ao movimento dos atores no interior de um determinado espaço social, de um *campo*. A história do *campo* é a história que se faz por meio da luta entre os concorrentes no interior dele. Porém, ao estudar os *campos* sociais, Bourdieu mostra como as relações entre os agentes reproduzem as relações objetivas da sociedade, mas não se reduzem necessariamente a elas. O processo de reprodução encontra-se relativizado na história e estreitamente ligado à idéia do princípio da autonomia. Um *campo* possui uma autonomia restrita em relação à sociedade global, mas possui uma autonomia mais desenvolvida quando as transformações de uma estrutura política, econômica e social se concretizam com maiores implicações.

O *campo* econômico possui, certamente, uma autonomia que lhe é própria, mas, quando se pensa a história da luta entre os atores pertencentes ao *campo*, é necessário considerar a luta no curso do movimento da história. Considerando assim, a sua autonomia é apenas relativa em relação ao espaço social e aos demais *campos*. Para Bourdieu (1996), a autonomia relativa entre os *campos* pressupõe que eles não são autogeradores e nem auto-suficientes. O *campo* econômico guarda uma autonomia apenas relativa em relação aos demais *campos* (campo da modernização agrícola, campo religioso, campo cooperativista etc.) e exerce uma forte influência sobre eles.

Os dados da pesquisa indicaram que, na região do Sudoeste goiano – especialmente nos três municípios pesquisados –, a modernização agrícola se deu obedecendo aos mesmos padrões das demais regiões do país, motivada pelos incentivos governamentais e mantendo o padrão de concentração da terra. Ou seja, essa região incorporou o mesmo projeto de desenvolvimento proposto para todo o país. Não se pensou um projeto que fosse articulado com as especificidades locais, nem um projeto de desenvolvimento que respeitasse o modo-de-ser da população, a biodiversidade ambiental, entre outros fatores: um projeto endógeno originado dos agentes orgânicos cujo valor é determinado internamente. Incorporou-se e aceitou-se um projeto de desenvolvimento exógeno desrespeitando todas as características locais.

Ao incorporar esse projeto de desenvolvimento, a região do Sudoeste goiano passa a compor um cenário articulado, que dá suporte à modernização agrícola e faz dela um processo completo. Os agentes coletivos articulam-se a esse processo em sua totalidade por meio de suas ações coletivas desencadeadas dentro de um espaço social – o campo da modernização agrícola. Ver essa realidade como um *campo* permitiu entender a emergência da modernização agrícola como fenômeno social. A pesquisa apontou que todos os agentes envolvidos no campo têm interesses fundamentais comuns e, ao mesmo tempo, interesses divergentes entre si. O interesse comum é a consolidação do processo de modernização agrícola na região.

Os agentes coletivos portadores de capitais necessários para investimento e permanência no campo consolidaram-se como dominantes, enquanto que os detentores de pouco capital, os dominados, procuraram buscar formas possíveis de contestação às estruturas de relações de poder, desenvolvendo ações estratégicas de transformação. Esses agentes coletivos que compõem o campo da modernização agrícola conduziram suas estratégias de ação de maneira que obtivessem sucesso em suas disputas no campo. Para o funcionamento de um *campo*, é preciso que existam nele objetos em disputa e

peças dotadas de *habitus* prontas para disputá-los. O *habitus* contribui para garantir a conformidade das práticas e de sua constância no tempo. Por meio dele, o passado do indivíduo sobrevive, atualizando-se nas práticas realizadas no presente, e tende a subsistir nas ações futuras dos atores sociais, ao confrontar com situações conjunturais nos diversos espaços sociais. Ele torna possível a criação de novas modalidades de conduta dos atores sociais.

Essas novas modalidades de conduta ou as estratégias de ações dos agentes coletivos impuseram, no campo da modernização agrícola, um novo *habitus* ou uma nova cultura, de maneira que assegurassem a constituição, a consolidação, a manutenção, a reprodução e a conformação do modelo de desenvolvimento nesse campo. As estratégias funcionam como investimento dentro do campo para possibilitar o aumento da detenção de diferentes tipos de capital. Quanto maior o número de capital acumulado, melhor a posição do agente dentro do campo. A reprodução dos agentes coletivos dentro do campo dá-se em função das múltiplas estratégias que eles mobilizam para conservar o capital e apropriar-se de mais. Os mecanismos de conservação predominam em razão da importância das estratégias de reprodução.

A pesquisa mostrou que as estratégias de reprodução dos agentes coletivos no campo da modernização agrícola estão voltadas para ações no âmbito do assistencialismo, da comunicação e da capacitação por meio de programas educativos. Todas essas ações são educativas na medida em que formam um novo *habitus* dentro do campo. Temos nesse campo um *habitus* em suas dimensões agromodernizada e agromodernizadora. Na primeira, as pessoas introjetaram e assimilaram o modo como as coisas são dentro desse campo; na segunda, o próprio campo passa a ditar o comportamento das pessoas dentro dele, ou fazer com que elas reproduzam esse *habitus*. O campo da modernização agrícola dita os novos *habitus*, e cada um dos agentes os reproduz. A formação do novo *habitus* foi possível graças às estratégias de ação adotadas pelos agentes coletivos dentro de seus campos específicos e do campo da modernização agrícola.

Todas essas estratégias de ação são, de fato, práticas educativas. A pesquisa revelou que a educação presente nesse campo assume uma dimensão instrumentalizadora na medida em que é esvaziada de preocupações que operam transformações benéficas a todas as pessoas, assumindo um modelo que é utilizado para criar necessidades de consumo dos produtos oriundos do campo da modernização

agrícola. (Não em seu sentido restrito, mas no sentido também de produtos culturais, ideológicos, etc.)

As práticas educativas desencadeadas nas ações coletivas de alguns dos agentes que contestaram esse modelo de desenvolvimento tiveram eficiência mínima, pois conseguiram pouco êxito no campo. A pesquisa apontou que as vozes coletivas que contestaram esse modelo de desenvolvimento não ecoaram como possibilidade de transformação desse cenário de desenvolvimento agrícola empreendido no Sudoeste goiano. Mesmo assim é possível pensar saídas que impeçam a continuidade desse processo de devastação que, muitas vezes, é visto como sinônimo de progresso. Não há como confundir desmatamento com progresso, nem achar que as classes de menor renda com ele possam favorecer-se.

Ao contrário, não é apenas a população pobre que perde. Em recentes negociações no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), evidenciou-se que pelo menos 70% das pastagens goianas estão em estágio de degradação. Relatórios da Saneago afirmam que pelo menos 60% dos mananciais de abastecimento do Estado já estão atingidos pelo assoreamento e pela poluição (inclusive de agrotóxicos). E ainda há a questão da não-manutenção das reservas legais. Hoje, como se sabe, elas são uma ficção. Embora exigidas por lei, basta ao proprietário da terra levar ao órgão ambiental um mapa assinado por profissional habilitado, determinando o perímetro da terra, para que a reserva seja registrada, sem conferência, e inscrita no Registro de Imóveis (condição para ser comercializada). Não é fiscalizada nem monitorada. Por isso, em grande parte das terras em que há registro, essas reservas simplesmente não existem. Como se vê, o desmatamento é avassalador, inclusive para os que o promovem, que cedo ou tarde sofrerão conseqüências. É também um atentado ao patrimônio goiano e brasileiro.

A inversão, ao menos parcial, dessa situação pode estar diretamente ligada à constituição de novas ações coletivas e práticas educativas dos sujeitos históricos que compõem a região estudada, assumindo um redirecionamento desse modelo de desenvolvimento agrícola. Práticas educativas que impliquem a geração de novos *habitus*. Segundo Cuche (2002), o *habitus* funciona como a materialização da memória coletiva, que reproduz para os sucessores as aquisições dos precursores. Ele é capaz de inventar meios novos de desempenhar as antigas funções diante de situações novas. Ele explica por que os membros de uma mesma classe agem freqüentemente de maneira semelhante sem ter necessidade de entrar em acordo para isso.

O *habitus* permite aos indivíduos orientarem-se em um espaço social e adotarem práticas que estão de acordo com sua vinculação social. Ele torna possível ao indivíduo a elaboração de estratégias antecipadoras que são guiadas por esquemas inconscientes que resultam do trabalho de educação e de socialização ao qual o indivíduo está submetido; é também a incorporação da memória coletiva. Cada pessoa, por seus gestos e suas posturas, revela o *habitus* profundo que o habita, sem se dar conta e sem que os outros tenham necessariamente consciência disso. Pelo *habitus*, as características sociais são de certa forma naturalizadas: o que parece e o que é vivido como natural depende dele. Essa naturalização do social é um dos mecanismos que garantem mais eficazmente a perenidade do *habitus*.

Referências bibliográficas:

ARANTES, Sebastião. *O pranto dos inhambus*. Goiânia: Cultura Goiana, 1975.

ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de. “Sertão – escola do mundo”: representações sobre o mundo rural e educação na literatura regional. Goiânia, 2005. 121f. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: brasiliense, 1982.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.